



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121639 - BA (2019/0364861-4)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : DIEGO SACRAMENTO DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : FABRICIO BARBOZA DOS SANTOS - BA038398  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por DIEGO SACRAMENTO DOS SANTOS – condenado pela prática dos crimes previstos no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006, e artigo 14 da Lei n. 10.826/2003 – contra acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia (HC n. 8013474-23.2019.8.05.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 17/10/2016 (e-STJ fls. 47/49) e condenado em 1/9/2017, à pena de 9 anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos no artigo 33 da Lei n. 11.343/2006 e artigo 14 da Lei n. 10.826/2003, vedado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 193/194).

Contra essa decisão, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual e, naquela oportunidade, alegou que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal por parte do Juízo *a quo*, em razão da negativa em recorrer da sentença em liberdade. O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 281):

*EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. PACIENTE DENUNCIADO E HABEAS CORPUS.*

*CONDENADO PELA PRÁTICA DELITIVA CAPITULADO NO ARTIGO 33, DA LEI 11.343/2006, A UMA PENA DE 06 (SEIS) ANOS, E ARTIGO 14, DA LEI 10.826/03, C/C ARTIGO 69 DO CÓDIGO PENAL, A UMA PENA DE 03 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL FECHADO.*

*SUSTENTA NA PPRESENTE ORDEM FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. JUIZ SENTENCIANTE QUE FUNDAMENTOU A MANUTENÇÃO DA CAUTELARIDADE NA PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXTREMA. GUIA DE EXCEUÇÃO PENAL JÁ EXPEDIDA.*

*PREDICATIVOS PESSOAIS QUE POR SÍ SÓS NÃO AUTORIZAM A REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR, CASO ESTAJAM PRESENTES OUTROS REQUISITOS DE ORDEM OBJETIVA E SUBJETIVA. MEDIDAS DESCRITAS NO ARTIGO 319, DO CÓDIGO DE RITOS QUE SE REVELAM INSUFICIENTES E INADEQUADAS, SENDO A PRISÃO PROCESSUAL MEDIDA QUE SE IMPÕE.*

*HABEAS CORPUS CONHECIDO E ORDEM DENEGADA.*

Na presente oportunidade, o impetrante reafirma, em síntese, a ausência de fundamento idôneo para a negativa de o réu recorrer da sentença em liberdade.

Ressalta ser o paciente primário, com bons antecedentes, com profissão lícita e família constituída.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória, para que o paciente possa responder ao processo em liberdade.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 337/366) e prestadas as informações (e-STJ fls. 337/366), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ fls. 368/374).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações prestadas às e-STJ fls. 337/366, a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em 12/11/2019, negou provimento ao apelo defensivo, redimensionando, de ofício, a pena aplicada para 7 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto. Referido julgado transitou em julgado em 27/1/2020.

Nesse contexto, fica sem objeto a pretensão deduzida no presente recurso.

Ante o exposto, com base no art. 34, incisos XI e XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.**

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator